Profissional liberal igualado a microempresa: a nova luta do CRP

A obtenção de igualdade de tratamento fiscal entre profissionais liberais e a microempresa está mobilizando o CRP-06, tanto na obtenção desse benefício na

área federal como na municipal (São Paulo).

Na área federal, a recente aprovação pelo Governo Federal do projeto que introduz tratamento diferencia-

do para a microempresa, particularmente no que diz respeito a simplificação da contabilidade e redução e mesmo eliminação dos impostos, não atingiu os pro-

fissionais liberais. Isto ocorreu apesar da existência de um substitutivo nesse sentido, apresentado pelo deputado Horácio Ortiz, que ao final foi rejeitado. O CRP-06,

juntamente com outras entidades de profissionais liberais, está procurando sensibilizar aquele deputado para a reapresentação da proposta, agora como projeto de lei.

Na área paulistana, o CRP-06 está apoiando o projeto encaminhado pelo prefeito de São Paulo, Mário Covas, isentando da cobrança do ISS - Imposto sobre Serviços, - aos valores de novembro), ao mesmo tempo que gestiona a exemplo do esforço em termos nacionais - para que os profissio-

nais liberais sejam igualados à microempresa para essa isenção. Em Cubatão, no Interior paulista, a prefeitura já isentou os profissionais liberais do recolhimento do ISS.

O sucesso desta iniciativa do CRP depende basicamente da efetiva participação dos psicólogos, escrevendo, telegrafando, telefonando ou contactando pessoalmente os deputados e senadores - no âmbito federal - vereadores e autoridades do Poder Executivo municipal - no caso de S. Paulo - no sentido da inclusão dos profissionais liberais entre os beneficiados pela legislação.

Mudou? Avise o CRP. As Guias vão ser expedidas

Em janeiro, as guias para pagamento das anuidades do CRP-06 estarão sendo expedidas e chegando às mãos dos psicólogos. Não de todos. Muitos não atualizaram seus endereços e as correspondências a eles encaminhadas - e também este jornal - estão retornando com o recado "mudou-se". O mesmo acontecerá com as guias, se estes dados não chegarem ao Conselho em tempo. Com um agravante: o pagamento da anuidade é obrigatório para o exercício da profissão (tal como a própria inscrição no Conselho). O débito coloca o psicólogo em situação irregular e poderá acarretar até a cobrança judicial.

Um minucioso levantamento destes casos está sendo preparado pela área administrativa do CRP-06, baseado especialmente nas devoluções do JORNAL DO CRP-06. O trabalho não está sendo resumido no relacionamento destes

nomes, mas também na tentativa de localizar o novo endereço, através de pesquisas junto a listas telefônicas, sindicato e associações. Com este processo, cerca de trinta nomes têm sido recuperados diariamente.

O JORNAL DO CRP-06 irá publicar, em uma de suas próximas edições, a relação destes contatos perdidos. Enquanto isto não ocorre, o CRP-06 pede aos psicólogos que conhecem outros colegas de profissão que não estão recebendo as informações encaminhadas que os alertem para a importância da atualização de seus endereços, particularmente agora que as guias começam a ser expedidas. Não há necessidade de nenhuma burocracia para esta atualização: basta telefonar para a sede ou uma das delegacias, comparecer pessoalmente ou enviar uma carta, fornecendo os novos dados.

Novo MVR define valor de Anuidades e Taxas

Com a fixação do novo MVR - Maior Valor de Referência em Cr\$ 87.997,20, válido a partir de 1.º de novembro, já é possível saber com exatidão os valores das taxas, anuidades e outras contribuições devidas ao Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região. A anuidade de pessoa física, fixada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em setembro último em 1.26 MVR (o mesmo valor de 1984), será de Cr\$ 110.876, para pagamento em cinco parcelas de Cr\$ 22.176, com vencimento nos últimos dias úteis de março, abril,

maio, junho e julho do próximo ano. Para 1985, a Assembleia decidiu criar três novas formas de pagamento, sempre à vista. Na primeira delas, para pagamento até 31 de janeiro, haverá desconto de 30%. Com isto a anuidade será reduzida para Cr\$ 77.613. Na segunda alternativa, para pagamento integral até 28 de fevereiro, o desconto será de 20%, o que reduz a anuidade para Cr\$ 88.701. Na terceira, para pagamento até 31 de março, o valor será de Cr\$ 99.788, com desconto de 10%.

Para pessoa jurídica, as taxas variam de acordo

com as classes de capital social. O menor valor é para até 500 MVR (ou Cr\$

24.375.500), com uma anuidade de Cr\$ 175.994. A tabela completa é esta:

Até 500 MVR	Cr\$ 175.994
500 a 2.500 MVR	Cr\$ 263.991
2.500 a 5.000 MVR	Cr\$ 351.998
5.000 a 25.000	Cr\$ 439.986
25.000 a 50.000	Cr\$ 527.983
50.000 a 100.000	Cr\$ 703.977
Acima de 100.000	Cr\$ 879.972

Com o novo MVR a inscrição de Pessoa Física passa a ser de Cr\$ 43.998 e a de Pessoa Jurídica, Cr\$ 87.997. A expedição da Carteira Profissional pas-

sa a custar Cr\$ 26.399 (o mesmo preço das certidões) e a substituição de Carteira ou expedição de segunda via, Cr\$ 43.998.

Exames psicotécnicos para vigilantes: normatização está sendo discutida

Sugestões do CRP-06 para a normatização a ser estabelecida pelo Ministério do Trabalho, para os exames psicotécnicos para vigilantes, foram encaminhadas ao CFP, como subsidio aos entendimentos que a autarquia federal está mantendo com aquele órgão.

No presente momento, a tendência do Ministério do Trabalho é de que todo psicólogo devidamente registrado no CRP tenha competência para efetuar os exames, independentemente de credenciamento. Os exames seriam renovados anualmente, à época da reavaliação da sanidade física e mental do interessado. O Ministério não está

disposto, em princípio, a estabelecer normas muito detalhadas, o que poderá fazer com que este espaço seja ocupado pelos Conselhos de Psicologia, se for obtida a formulação que está sendo negociada. Para o CFP, não está parecendo possível conseguir que a regulamentação inclua dispositivos quanto a honorários profissionais.

Nos contatos que estão sendo realizados com o Ministério do Trabalho, o CFP está procurando levar as posições que têm sido defendidas pela categoria, em sua experiência com os exames psicotécnicos para motoristas, procurando influenciar em sentido preventivo.

EDITORIAL

É tempo de mudança

Durante os últimos meses o Conselho recebeu e atendeu numerosos convites para participar de Semanas de Psicologia, organizadas e efetivadas nas Faculdades da 6a. Região, pelo esforço conjunto de professores e alunos. O tema proposto por eles, para quase todos estes encontros era "o perfil do psicólogo". Tornava-se evidente, através desta escolha, a busca de elementos para fortalecimento da identidade profissional.

Nos debates que se seguiram às palestras dos Conselheiros, evidenciava-se, com frequência, profunda insatisfação com o trabalho acadêmico desenvolvido nas escolas: os professores cerceados nas suas iniciativas, pelas condições inadequadas de trabalho e os alunos, sentido-se incapazes de fazer frente às demandas, que anteviam inerentes ao exercício profissional e num futuro próximo.

Alguns importantes problemas da categoria

foram então levantados:

— falta de delineamento das efetivas atividades do psicólogo na atual realidade, bem como de suas atividades potenciais;

— insatisfação com a qualidade dos serviços psicológicos prestados à comunidade;

— busca de instrumental técnico mais adequado ao atendimento efetivo do povo, especialmente de suas camadas mais pobres;

— carência de alternativas de atuação que possibilitem atendimento de parcela significativa da população;

— pouca delimitação entre as atividades do psicólogo e as de outros profissionais de áreas afins;

— divulgação insuficiente dos trabalhos alternativos que estão sendo implementados; e

— desconhecimento pela população das atividades que o psicólogo pode desenvolver.

As Semanas de Psicologia configuraram-se, portanto, como esforço

coletivo de docentes e discentes visando à obtenção de algumas respostas às cruciais indagações ao nível profissional.

Vivenciando estes fatos não podemos deixar de reportar-nos à atual universidade, aos seus rumos perdidos nestes vinte anos de governo repressivo e autoritário, resultando em uma estrutura educacional alienada e alienante, distante e desvinculada da população.

A política universitária vigente privilegia o ensino privado e comprime ao máximo a universidade governamental. No Estado de São Paulo, 75% das faculdades são particulares e, no nosso caso, 85% dos psicólogos nelas se formaram. No país, em 1962, 60% das matrículas das universidades eram de faculdades governamentais e atualmente esta cifra é inferior a 30%.

Portanto, a atual estrutura valoriza o lucro, pois o funcionamento da escola particular é atrelado e decidido por seus aspectos econômicos, seguindo estritamente um modelo empresarial. Quanto às poucas universidades governamentais, o desrespeito à previsão legal de verbas para a educação (13% da receita federal) ocasiona pesadas restrições a seus orçamentos e portanto a seu funcionamento.

O resultado global desta situação é a perda total da autonomia da instituição. As decisões, presas a padrões econômicos, são tomadas segundo o interesse de cúpulas governamentais e de mantenedoras. Os professores, alunos e funcionários, não têm voz, de nada participam, nada decidem.

Assim a universidade é organizada tal como se fosse uma grande empresa. Seu papel, atendendo a diretrizes políticas gerais, é formar profissionais incompetentes, acrílicos, bloqueados na sua capacidade de decisão, pouco capazes de contribuir para modifica-

ções sociais no sentido da melhoria da qualidade de vida da população, de justiça social e das liberdades humanas. Ela está procurando adestrar um grande contingente de futuros trabalhadores passivos, para um mercado de trabalho cujas condições são inteiramente insatisfatórias.

Esta situação tem reflexos imediatos e profundos na organização dos currículos, que se tornam mera relação de disciplinas, com vagas definições de objetivos desvinculados da realidade social, conduzindo o professor a grande insegurança na elaboração de seus planos de curso e empobrecendo a formação do estudante. Há falta de vivências educacionais que preparem o aluno a interferir na sociedade, desenvolvendo conhecimentos necessários ao desempenho eficiente de suas tarefas profissionais, de suas qualidades humanas e de visão crítica que possibilite a apreensão da estrutura social e política na qual está incluído e o sentido de sua atuação.

Professores e alunos estão entretanto manifestando ativamente sua insatisfação com tal situação e isto é muito promissor.

Ao mesmo tempo, os fatos políticos atuais levam a crer que chegamos a um momento importante no país, no qual a população se esforça para obter algumas mudanças substanciais nas diretrizes governamentais, entre as quais estariam incluídas as reformulações educacionais. O candidato da Frente Liberal à presidência da República afirmou ao anunciar suas metas para a Educação "é imperativo restituir à Universidade suas condições de pleno funcionamento para que ela possa reassumir o destino que lhe cabe na educação nacional".

Os psicólogos precisam aproveitar o ensejo e tentar, através de avaliação participativa dos problemas de sua formação, instrumen-

tarem-se afim de, no momento oportuno, proporem mudanças, pressionarem os órgãos competentes para que estas se efetivem, para cobrarem as promessas feitas.

O CFP e o CRP-06 têm projetos para con-

cretizar esta avaliação durante o ano de 1985. Vamos portanto esperançosamente colaborar, pois as transformações desejadas dependem de todos. Todos nós somos fiscais de nossa formação profissional.

ABRAPSO conta o que faz em Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO dá conta, no último boletim que editou, de sua participação na 36.ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 1984, onde coordenou uma mesa-redonda sobre Dialética e Psicologia Social, visando discutir o livro "Psicologia Social: O Homem em Movimento", que na ocasião estava sendo lançado pela Editora Brasiliense. A entidade participou ainda de um simpósio sobre "Psicologia Social Hoje", apresentando relatos de experiências de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. Ainda durante a SBPC foi oferecido curso de cinco dias sobre "O Ensino da Psicologia Social no Brasil - Experiências e Perspectivas" (111 participantes), com objetivo da troca de experiên-

cias através de relatos de professores de Psicologia Social de diversas localidades.

Para a ABRAPSO, a procura e o interesse pelas discussões sobre problemas de Psicologia Social foram uma constante na SBPC, percebidos não apenas pelo número de assistentes que lotavam as salas, mas principalmente pela participação nos debates e pelos questionamentos feitos, mostrando a necessidade, não só de psicólogos, mas dos demais cientistas sociais e de ciências humanas, de um conhecimento sistematizado sobre o "Homem em Movimento".

A ABRAPSO prepara-se agora para realizar um novo Encontro Regional sobre Psicologia Organizacional e do Trabalho, provavelmente ainda neste ano.

Saúde da Mulher, Nova Subcomissão no CRP

Uma nova subcomissão do CRP-06 - de Saúde da Mulher - está chamando os psicólogos que trabalham e/ou são interessados na questão da saúde da mulher e também as entidades que tratam desta questão para divulgar e discutir trabalhos que serão apresentados por psicólogos que atuam no campo da saú-

de mental da mulher em encontros que serão realizados a partir da segunda quinzena de janeiro do próximo ano.

Os interessados deverão entrar em contato com a Secretaria das Comissões do CRP-06, para informações sobre os dias e horários em que estão sendo realizadas estas reuniões.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Alvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Deniréa Pérola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lórivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romeiro, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Mariene Guirado, Mirsa Elizabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, Nanci Bührer, Selma de Souza Bastos, Sílvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacífico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - Fone (011) 212-8111. Delegacias - Assis (José Sterza Justo): Rua Marechal Deodoro, 123 conj. 11 (Conjunto Marechal) - Fone (0183) 22-6224 - Bauri (Deniréa Pérola A. Paoli Macário): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8.º andar, conj. 808 - Fone (0142) 22-3384 - Campinas (Hélio José Guillard): Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17.º andar, sala 172 - Fone (0192) 32-5397 - Campo Grande (Carlos Afonso Marcondes Medeiros): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801 - Cuiabá (Maria Aparecida de Amorim Fernandes): Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (065) 322-6902 - Lorena (Maria Inez Nunes Romeiro): Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - Ribeirão Preto (Vera Regina Lignelli Otero): Rua Cerqueira César, 481, 3.º andar - Fone (016) 636-9021 - Santos (Antônio Carlos Simonian dos Santos): Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região. Comissão de Divulgação e Contato: Antônio Waldir Biscaro, Jane Persinotti Trujillo, Marinilza da Costa Moreira da Silva e Sueli Duarte Pacífico. Editor: Elisário E. do Couto (MTB 8.226). Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. Composição, fotolitos e impressão: DCI - Indústria Gráfica S.A. Tiragem: 19.500 exemplares.

Reunião em Ribeirão Preto mostra o que ocorre com a Psicologia e seus profissionais

A Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto — SPRP — promoveu de 24 a 28 de outubro último, mais uma Reunião Anual. Estas reuniões constituem um espaço no qual profissionais e estudantes de Psicologia e áreas afins têm oportunidade de (1) apresentar e discutir seus trabalhos de pesquisa básica e/ou aplicada; (2) relatar suas atuações como profissionais e/ou estagiários; (3) refletir sobre temas teóricos e/ou metodológicos; (4) analisar e refletir os mais diferentes aspectos e implicações da Psicologia como ciência e profissão.

A exemplo do que ocorre todos os anos, a SPRP levou a Ribeirão Preto cerca de mil pessoas, vindas de quase todos os Estados do Brasil: do Rio-Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná ao Pará e Pernambuco; de Goiás e Mato Grosso do Sul à Bahia...

Esta Reunião ofereceu cursos, simpósios, mesas redondas, conferências, vivências em grupo e sessões de comunicação de trabalhos.

Analisando-se as atividades desenvolvidas,

verifica-se uma grande preocupação com o papel, a atuação e a importância do psicólogo nas suas diferentes áreas junto à comunidade, isto significando que o profissional está saindo de seus consultórios para prestar serviços à população desprivilegiada econômica e socialmente.

No relato de diferentes experiências profissionais, identificou-se a ênfase no trabalho em Saúde Pública, esta entendida aqui em sua forma mais ampla. Também nas áreas de Educação, Organizacional e Psicologia Social discutiram-se, ao lado de questões técnicas específicas, suas implicações sociais.

Este ano a SPRP recebeu 119 trabalhos que foram apresentados em sessões de comunicação. O local de origem de seus autores e seus temas evidenciaram que há por toda parte um interesse do psicólogo quanto a (1) formação, desde a que recebeu até a que ele oferece como docente; (2) produção de novos dados e conhecimentos em Psicologia até sua aplicação; (3) atuação do psicólogo desde as áreas

tradicionais até os novos campos profissionais; e (4) desde questões técnicas até questões da atuação em equipes multidisciplinares etc.

O CRP-06 esteve presente nesta Reunião, conforme noticiado na última edição, apresentando o trabalho de suas comissões. Participou também do simpósio sobre "Novos campos de atuação do psicólogo: relatos e experiências" e da mesa redonda sobre "Reformulação do Código de Ética", junto com representantes do CFP, do

CRP-01 e do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.

A XIV Reunião Anual, bem como as anteriores, permitiu o convívio e a troca de experiências entre estudantes e profissionais de Psicologia, possibilitando uma reciclagem técnica ao lado da oportunidade de refletir sobre questões filosóficas, sociais, políticas e éticas relacionadas com a profissão. Nestas reuniões da SPRP pode-se avaliar, embora parcialmente, o que ocorre com a Psicologia e seus profissionais no Brasil.

Assembléia de Psicólogos critica profissionais que ajudam repressão

A Assembléia de Psicólogos da América Latina, reunida em Acapulco, porto do Pacífico mexicano, condenou em setembro último seus colegas que "se prestam a ser instrumentos da repressão aplicada aos povos" da região. Em encontro realizado dentro do XXIII Congresso Internacional de Psicologia, a assembléia divulgou uma nota criticando sobretudo os profissionais que colaboram com a repressão "contra populações e pessoas, com meios que

vão desde assessoramento na tortura até as sutis técnicas de penetração ideológica e transcultural". Os psicólogos também condenaram energicamente o "uso da repressão e da tortura e demais formas de violação dos direitos humanos por governos de países da América Latina". A declaração foi assinada por representantes do Brasil, Argentina, Cuba, Chile, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Venezuela, entre outros países.

Encontro discute psicólogo no Serviço Público Federal

O I Encontro Paulista de Psicólogos do Serviço Público Federal, que se realiza em 8 de dezembro no Instituto Sedes Sapientiae, das 9 às 17 horas, tem o patrocínio do CRP-06, através da Comissão de Saúde (Subcomissão de Psicólogos do Serviço Público Federal). O programa inclui a discussão da atuação do psicólogo em Hospitais Gerais, Hospitais Infantis, Unidades de Hemofilia, Ambulatórios de Psiquiatria, Ambulatórios Médicos, Centros de Reabilitação Profissional e na Legião Brasileira de Assistência, além da análise de sua contribuição e a receptividade de seu trabalho no Serviço Público Federal.

logo em Hospitais Gerais, Hospitais Infantis, Unidades de Hemofilia, Ambulatórios de Psiquiatria, Ambulatórios Médicos, Centros de Reabilitação Profissional e na Legião Brasileira de Assistência, além da análise de sua contribuição e a receptividade de seu trabalho no Serviço Público Federal.

Em janeiro, horário reduzido no CRP

Durante o mês de janeiro do próximo ano (mais exatamente, de 28 de dezembro deste ano até 28 de janeiro de 1985), o CRP-06 terá seu horário de atendimento ao público reduzido para o período das 9h30 às 17h. Nesse mês o movimento é reduzido sensivelmente, em função das férias escolares e das viagens que muitos profissionais (e futuros psicólogos) fazem. A partir de fevereiro, quando o movimento de novas inscrições começa a crescer, o CRP-06 retornará ao seu horário normal, das 9h30 às 20h30, sem interrupção, de segunda a sexta-feira.

Anote

A ASDE - Assessoria em Sistemas e Desenvolvimento Empresarial S.C. Ltda., de Campinas, está promovendo três cursos de interesse dos psicólogos: **Piaget na Pré-Escola, Seleção de Pessoal e Hipnoterapia**. O primeiro é também voltado para pedagogos e professores; o segundo, também para outros profissionais de Recursos Humanos; e o terceiro, também para dentistas, médicos e estudantes destas áreas. Maiores informações na rua Uruguaiana, 327 - Centro, CEP 13100, fone (0192) 653-6804.

O GRASP - Grupo de Atividades e Supervisão em Psicologia está promovendo um curso de férias, nos meses de janeiro e fevereiro, sobre **Psicomotricidade e Técnicas de Relaxamento e Autopercepção**. As inscrições podem ser feitas até 21 de dezembro no GRASP - Rua Borges Lagoa, 1.231, conj. 101 ou pelo telefone (011) 544-1413, das 8 às 12 e das 14 às 18, de segunda a sexta-feira.

O INEF - Instituto de Estudos e Orientação da Família vai realizar, a partir de março, novo **Curso de Formação de Psicoterapeutas**. As inscrições, mediante apresentação da inscrição ou protocolo de inscrição no CRP, RG e CIC, estão abertas até 15 de dezembro e, novamente, de 1.º a 15 de fevereiro do próximo ano. O processo de seleção será efetuado através de entrevistas individuais. Maiores informações: rua São Geraldo, 38, bairro de Perdizes, em São Paulo ou pelo telefone (011) 262-4308.

A Sociedade Valeparaibana de Psicodrama abriu inscrições, até 20 de dezembro, para seu **Curso de Formação em Psicoterapia Psicodramática**. Poderão inscrever-se médicos, psicólogos e alunos que, em 1985, estejam cursando o último ano de Medicina ou Psicologia. A seleção será em janeiro próximo. O curso será ministrado aos sábados, em São José dos Campos. As inscrições poderão ser feitas em São Paulo, à

rua Pamplona, 52 e maiores informações solicitadas pelo telefone (011) 283-0087.

A Equilibrium - Gabinete de Psicologia realiza em janeiro, no período noturno, um **Grupo Vivencial em Técnicas de Relaxamento** para estudantes e profissionais da área de Psicologia. As inscrições ficam abertas até 10 de janeiro e podem ser feitas na av. Lino Jardim, 259, Vila Bastos (Santo André) ou pelo telefone 412-4453.

A Biblioteca Freudiana Brasileira está promovendo, de 7 a 9 de dezembro, sua **4.ª Jornada de Psicanálise**, tendo como temas centrais a transferência, o real no tratamento analítico, sintoma e fantasia, clínica do significante e saber e desejo. Estes encontros são realizados semestralmente no auditório da Biblioteca Freudiana Brasileira (rua Wanderley, 246, Pacaembu, São Paulo). A entidade está também anunciando para 1985 um **Curso Fundamental de Freud a Lacan**, com duração de um ano (todas as segundas-feiras, às 20,30 horas), com início em 4 de março e encerramento em 1.º de dezembro. A admissão (até 20 de fevereiro) se fará através de entrevista pessoal com o coordenador do curso. Inscrições e informações na rua Wanderley, 246 ou pelos telefones (011) 263-6266 e 263-6473.

O Instituto Sedes Sapientiae vai realizar em 1985 curso, de quatro anos, de especialização em **Psicoterapia Psicodinâmica Infantil (Ludoterapia)**, com aulas, para o primeiro ano, às segundas e sextas-feiras, pela manhã, e mais 4 horas para atendimento, em horário à escolha do aluno. O número de vagas é limitado a 30 e o concurso de seleção será realizado em 8 de fevereiro, às 9 horas. O curso tem por objetivo capacitar o aluno, através de teorias psicodinâmicas e da prática, para exercer as funções profissionais em Psicoterapia Individual, Psicoterapia de Grupo e Orientação Familiar. Inscrições e informações na Secretaria do Instituto (rua Ministro Godoy, 1.484, em São Paulo) ou pelo telefone (011) 262-8024.

Inscrições de psicólogos no MEC: projeto foi arquivado

Foi, felizmente, arquivado o projeto de lei apresentado pelo deputado federal Francisco Amaral (PL 2.587/84),

que reabria de forma estranha as inscrições para psicólogos no Ministério de Educação e Cultura.

Comunicado

O Sindicato dos Psicólogos no Estado de S. Paulo, através do JORNAL DO CRP-06, pede para divulgar o seguinte comunicado:

O Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo apresenta suas desculpas pelo atraso do "Jornal do Psicólogo", o que fez com que todas as promoções, reuniões e assembléias ficassem ultrapassadas.

Infelizmente tivemos problemas que não estavam previstos, com jornalista, gráfica e expedição, o que acarretou o atraso de um mês.

Nossas desculpas.
A diretoria

O que você deve saber sobre Perícia Judicial

Considerando o número de questões e dificuldades encontradas pelos psicólogos no entendimento de suas relações com a Justiça, reproduzimos neste artigo as considerações existentes no Código Civil e no Código de Ética dos psicólogos, referentes à normatização desta relação, visando ampliar a compreensão desta relação tanto no que se refere às funções como às atribuições do psicólogo.

No Código de Ética dos psicólogos, na seção "Das relações com a Justiça", o artigo 18 estabelece:

"O psicólogo, no exercício legal da profissão, pode ser nomeado perito para esclarecer a Justiça em matéria de sua competência."

A nomeação do psicólogo como perito é determinada pelo juiz em processos judiciais onde existam conflitos de interesses, portanto em processos litigiosos. Ocorre, nos processos litigiosos, que a prova dos fatos pode vir a depender do conhecimento técnico-científico. Se assim o for, uma ou ambas as partes envolvidas no processo pode vir a requerer a perícia como uma prova processual.

O juiz decidirá sobre a realização, nomeando o perito e permitindo às partes a indicação dos respectivos assistentes técnicos. Assim, além do perito nomeado pelo juiz, a perícia poderá ser também efetuada e/ou acompanhada por assistentes técnicos indicados por uma ou ambas as partes. A indicação do assistente técnico é facultativa. No caso desta ocorrer, deverá ser efetuada até cinco dias após a intimação da nomeação do perito.

Nestes termos é que o juiz poderá ser assistido por perito e, quando for o caso, também de assistente técnico, que terá o dever de cumprir o ofício, no prazo estabelecido pelo juiz, empregando toda a sua diligência. O perito é, pois, um auxiliar do juízo, cujas atribuições são determinadas pelas normas da organização judiciária.

Obviamente que a nomeação ou indicação de profissionais dependerá da matéria do conhecimento científico e técnico em questão, podendo portanto ser nomeados como peritos engenheiros, contadores, médicos, psicólogos etc., quando a matéria pro-

cessual versar sobre a área pertinente a um deles.

O psicólogo pode ser convocado a realizar perícias em processos originários da Vara de Família e Sucessões, que tratam de questões referentes à guarda de menor, investigação de paternidade, pensão alimentícia, interdição de incapaz etc. O psicólogo poderá também ser convocado a realizar perícias em processos de natureza criminal ou civil, quando o objeto da ação envolva questões atinentes à saúde psicológica de qualquer das partes.

Para o desempenho de suas funções podem — os peritos e os assistentes técnicos — utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de qualquer parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com desenhos, fotografias e outras peças. A respeito deste tópico, o Código de Ética dos psicólogos estabelece no artigo 20:

"O psicólogo-perito deverá agir com absoluta isenção, limitando-se à exposição do que tiver conhecimento através de exames e observações e não ultrapassando, nos laudos, a esfera de sua atribuição."

Ainda considerando mais especificamente os aspectos éticos da relação psicólogo-perito e examinando, o Código de Ética prevê a necessidade do cuidado necessário a esta relação no artigo 25:

"Se o atendimento for realizado a pedido de outrem, só poderão ser dadas informações a quem o solicitou, dentro dos limites do estritamente necessário, e com anuência do examinando."

De forma ainda mais incisiva o parágrafo 2.º do artigo 25 estabelece:

"Nos casos de laudo pericial, o psicólogo deverá tomar todas as precauções a fim de que, servindo a autoridade que o designou, não venha a expor indevida e desnecessariamente, seu examinando."

O perito e os assistentes técnicos, depois da averiguação individual ou conjunta, poderão, havendo

acordo, lavrar laudo unânime. O laudo, neste caso, será escrito pelo perito e assinado por ele e pelos assistentes técnicos. Se houver divergência entre o perito e os assistentes técnicos, cada qual escreverá um laudo em separado, dando as razões em que se fundam.

A remuneração do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor do processo, quando requerido por ambas as partes ou determinado por ofício pelo juiz. A remuneração do assistente técnico caberá à parte que o indicou. Na realidade, as partes farão apenas o adiantamento das despesas. No final do processo, o vencido reembolsará a outra parte: a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou.

O psicólogo, sendo nomeado como perito, pode ainda deixar de efetuar tal perícia. Entre as possibilidades existentes para a não-realização da perícia está, em primeiro lugar, a não concordância do próprio examinando em se submeter aos exames e caso este permaneça na recusa, o psicólogo deverá comunicar tal fato formalmente, conforme o artigo 21 do Código de Ética dos psicólogos:

"O psicólogo deverá levar ao conhecimento da autoridade que o nomeou a impossibilidade de formular o laudo, face a recusa da pessoa que deveria ser por ele examinada."

Em segundo lugar, a perícia pode não vir a ser realizada por escusas apresentadas pelo próprio perito, ou seja, pelo psicólogo nomeado como perito. Isto é possível de acordo com o parágrafo único do artigo 12:

"O psicólogo deve escusar-se de funcionar em perícia que escape à sua competência ou por motivo de força maior, desde que dê a devida consideração à autoridade que o nomeou."

E, finalmente, o psicólogo pode ou não realizar a perícia para a qual foi nomeado, por impedimentos tais como os indicados no artigo 22 do Código de Ética:

a - ser perito de cliente seu;
b - funcionar em perícia em que sejam parte paren-

te seu até segundo grau, ou afim, amigo ou inimigo.

O psicólogo pode ainda ser impedido, de acordo com a legislação vigente. Este impedimento pode ser levantado por qualquer das partes ou mesmo por outro, que porventura possa vir a apresentar motivos que fundamentem o impedimento ou suspeição.

Alguns desses motivos:

a - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

b - alguma das partes for credora ou devedora do perito ou assistente técnico, de seu cônjuge ou dos parentes destes, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau;

c - for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;

d - quando receber dádivas, antes ou depois de iniciado o processo, aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou subministrar meios para atender às despesas do litígio;

e - quando estiver interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes;

f - poderá ainda o perito ou assistente técnico declarar-se suspeito por motivo íntimo;

g - quando no processo estiver postulando como advogado de uma das partes, o cônjuge ou qualquer parente do perito ou assistentes técnicos, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o segundo grau;

h - quando o perito ou assistente técnico for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau.

A parte interessada deverá arguir o impedimento ou suspeição em petição fundamentada e devidamente instruída. O juiz mandará processar o incidente em separado e sem suspensão da causa, ouvido o arguido no prazo de cinco dias, facultando a prova quando necessária e julgando a pedido.

Resta ainda esclarecer que pode haver prorrogação de prazo estabelecido para entrega do laudo, desde que seja concedida pelo juiz. Neste caso, o

prazo para os assistentes técnicos será o mesmo do perito. Ainda, a convicção sobre a prova do fato será formada pelo juiz, juntamente com outros elementos ou fatos provados nos autos, portanto, o juiz não estará adstrito ao laudo pericial, podendo ainda quando a matéria não parecer a ele suficientemente esclarecida, requerer ou determinar, de ofício, a realização de nova perícia, assim como pode ser requerida nova perícia por uma das partes.

Enfim, a relação do psicólogo com a Justiça deverá ser pautada por absoluta lisura, norteando-se ainda pelos seguintes artigos do Código de Ética:

Art. 19 - O psicólogo deve procurar servir imparcialmente a Justiça, mesmo quando um colega for parte na questão.

Art. 22 (item c) Valer-se do cargo que exerce, ou dos laços de parentesco ou amizade com autoridades administrativas ou judiciárias, para pleitear ser nomeado perito.

ZONA NORTE

Ações integradas de Saúde Mental: equipes básicas recebem treinamento

O Projeto de Ações Integradas de Saúde Mental da Zona Norte começou a ser implantado em São Paulo em abril de 1983, com a previsão de integração dos recursos do Estado, Prefeitura e Inamps. Para operacionalizá-lo, foi criada uma comissão com profissionais das três instituições. Desde 2 de agosto último foi instituída uma coordenação do Projeto, supra institucional, composta pelos psiquiatras Darci Neves dos Santos, Antônio Carlos Massaroto Cesarino e José Lopes Neves. A comissão é assessorada pelas psicólogas Hermenegilda Lemos dos Reis e Maria Libânia Nunes Leonel e pela assistente social

Sandra Georgia Vieira de Carvalho.

O atendimento é previsto em três níveis: Primário, desenvolvido pelos PAMs e Centros de Saúde, definidos como Unidades Básicas; Secundário — Ambulatórios e Terciário — Hospitais Psiquiátricos.

A porta de entrada do sistema — a Unidade Básica — conta com equipe composta de Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra. A equipe do ambulatório é mais complexa, com o acréscimo de fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, enfermeiro e visitadora. Para as emergências, existe ainda a retaguarda hospitalar.

Para oferecer um melhor rendimento no atendimento à população, as equipes da rede básica estão passando por um treinamento específico de ações em Saúde Mental. O programa deste treinamento tem três momentos distintos:

— contato com profissionais (psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais) cujas experiências de trabalho em periferia mereçam atenção;

— abordagem teórica relacionada ao atendimento infantil e ao adulto, feita por professores das três áreas; e

— supervisão dinâmica e institucional por equipe.